



# PALAVRA DO PRESIDENTE

A proposta apresentada pelo Governo Bolsonaro, chamada de "nova previdência", é maliciosa, prejudicará a todos nós e não tem esse condão de gerar riqueza, a não ser para os bancos com a previdência privada.

Uma análise mais retida aponta a leviandade do texto, feito pelo mercado para o mercado. A proposta desconstitucionaliza a previdência, permitindo que, por lei complementar, seja alterada a idade mínima no futuro - por exemplo, modo de legislar muito mais flexível do que uma Emenda Constitucional que exige votação de 308 deputados e 47 Senadores, em dois turnos, sendo que, para uma lei complementar, basta a votação da maioria simples dos deputados e senadores para sua aprovação em turno único.

Outro ponto que merece destaque é o que retira a obrigação de reajuste anual da aposentadoria, o que levará a perda de poder aquisitivo do benefício em pouco tempo. Imagine que nos últimos 5 anos a inflação "oficial" foi superior a 30%, como seria se a aposentadoria não tivesse sido reajustada nesse período? Lembrando que a tal "inflação oficial" não é nem de longe a inflação real, que só para o plano de saúde, nos mesmos últimos 5 anos, ultrapassou 60%, o dobro.

A proposta de reforma ainda impede a acumulação de benefícios entre os cônjuges, como se a morte de um deles reduzisse pela metade todas as despesas da família, o que não é verdade. Outra condição que visa reduzir o valor do benefício é a exigência de 40 anos de tempo contribuição para o benefício integral, isso com a idade mínima de 65 anos para o homem e 62 anos para a mulher, lembrando que acaba a aposentadoria por tempo de contribuição, ou seja, mesmo que o trabalhador ou a traba-

Ihadora atinja esse tempo de 40 anos de contribuição, se não tiver a idade mínima, não se aposentará.

Nem mesmo esse propagado um trilhão de economia é realmente comprovado, na verdade é uma estimativa, que para vários técnicos não será atingida, estimando uma economia de no máximo de 600 bilhões. São dezenas os exemplos que podem ser trazidos para demonstrar que a proposta de reforma da previdência não deve ser aprovada, porém, o maior problema é a falta de transparência nos números apresentados pelo governo, tanto da suposta economia, quanto do suposto déficit, assim, enquanto o governo não permitir o acesso da sociedade aos números, receitas e despesas, inclusive o repasses, não é possível defender a necessidade da reforma.



## **SEAAC NEWS**

Jornalista responsável:

Loyce Policastro

Redatora:

Luisa Volpe

Diagramação e design:

Wesley Franco

SEAAC News é uma publicação da



www.**netshare**.com.br **F.:** (14) 3245 5504 / 3241 2963



Filiação





FALE CONOSCO

> www.**seaac**bauru.com.br (14) 99880 1515

**Bauru - SEDE** Rua Batista de Carvalho, 12-43, Centro CEP 17<u>0</u>13-011

F.: (14) 3227 4848

Botucatu - SUBSEDE Rua Amando de Barros, 1745, Centro CEP 18602-150 F.: (14) 99880 1515 **Jaú - SUBSEDE** Rua Tenente Lopes, 738, Centro SALA 1 CEP 17201-460 **F.: (14) 3418 7710** 

**Ourinhos - SUBSEDE** Rua Arlindo Luz, 738, Centro SALA 1 CEP 19900-010 **F.: (14) 99880 1515** 



### REFORMA DA PREVIDÊNCIA AINDA DIVIDE OPINIÕES ENTRE OS CIDADÃOS E POLÍTICOS

Câmara dos Deputados se prepara para a votação do relatório na CCJ

A nova reforma da Previdência continua em discussão. A votação do relatório sobre a constitucionalidade da mesma na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados pode ser adiada para a semana após o feriado de Páscoa; entretanto, o relator, delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), já apresentou o parecer e considerou a proposta constitucional - em um relatório de 55 páginas, no qual afirma que o pagamento dos benefícios previdenciários custou R\$ 684,3 bilhões ao Orçamento da União em 2018, equivalente a 40% das despesas primárias (não financeiras).

#### O que acontece com a tramitação da reforma?

Neste período, não deve haver mais atrasos. O pedido de vista tem validade de duas sessões do plenário da Câmara: discussões no dia 15 de abril e a votação no dia 17 do mesmo mês.

Outro ponto é que a votação em plenário ocorrerá em dois turnos, assim como ocorrerá na votação do Senado. Após a discussão, se houver emendas, a proposta ainda retornará à CCJ que terá um prazo de cinco dias improrrogáveis para emitir parecer e devolver a PEC à votação em plenário.

Aprovada sem alterações, a proposta segue à promulgação pelo Congresso Nacional; se houver mudanças, o texto retorna à Câmara dos Deputados.









#### Aprovação x rejeição

Segundo uma pesquisa do Datafolha, a reforma da Previdência proposta pelo governo de Jair Bolsonaro é rejeitada por 51% dos brasileiros, enquanto 42% se mostram a favor, 2% se dizem indiferentes e 7% não sabem.

A oposição é composta em sua maioria por mulheres (56%) e supera o apoio por pelo menos dez pontos em todas as faixas etárias até 59 anos de idade.

Já entre homens, 48% se dizem a favor e 45% contra. A maior rejeição, de 63%, aparece entre funcionários públicos.

#### Mudança de estratégia

O vice-líder do governo, Darcísio Perondi (MDB-RS), afirmou no dia 9 de abril que ocorreu uma mudança de estratégia para garantir que os deputados favoráveis à reforma da previdência consigam se inscrever nos primeiros lugares para participar da sessão da CCJ.

Para garantir espaço, deputados da base e da oposição começaram a chegar no local por volta das 9h30 para guardar lugar na fila. Este grupo está preparando um pacote de requerimentos para obstruir a apresentação do relatório.